



DIÁLOGOS ENTRE SABERES: A ORGANIZAÇÃO DA HORTA COMUNITÁRIA JUNTO AOS MORADORES DO ABUSSAFE/LONDRINA /PARANÁ

Ideni Terezinha Antonello¹ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6147-4731>

Léia Aparecida Veiga² - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7870-293X>

Alan Alves Alievi³ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1168-9398>

¹ Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil¹

² Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR, Brasil²

³ Universidade Estadual Norte do Paraná (UENP), Jacarezinho, PR, Brasil³

Artigo recebido em 29/10/2023 e aceito em 14/12/2023

RESUMO

Nas cidades brasileiras, frente ao rápido processo de urbanização, inúmeras famílias têm residido em áreas precárias, denominadas aqui de ocupações irregulares (favelas) e encontram-se expostas em situação de vulnerabilidade socioambiental. Dentre os principais problemas chama-se atenção para a insegurança alimentar, que no período pós Covid-19 tem atingido inúmeras famílias de menor ou sem poder aquisitivo. Nesse contexto, chama-se atenção para a cidade de Londrina, que tem aproximadamente 74 áreas de ocupações irregulares. Objetivou-se neste artigo discutir as primeiras ações realizadas junto à comunidade a partir do projeto de extensão realizado por um grupo de pesquisadores vinculados a Universidade Estadual de Londrina/UEL, intitulado “Diálogos e Educação Ambiental Junto aos Moradores do Fundo de Vale da Comunidade do Abussafe”. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa apoiada em levantamentos junto a fontes de informações secundárias (produção científica, documentos e sites oficiais) e primárias (observação simples, visitas junto ao bairro e reuniões com moradores). Verificou-se que as famílias da ocupação irregular encontram-se em situação de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar. E que as famílias da ocupação irregular e moradores do bairro formal desejam criar uma horta comunitária e associação de bairro. Conclui-se que o diálogo envolvendo universidade, moradores do bairro e da ocupação é um caminho profícuo no processo de construção de ações coletivas que poderão contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias em situação de insegurança alimentar.

¹ Prof.^a Dr.^a Associada da Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências, Curso de Graduação e Pós-graduação em Geografia - Pesquisadora CNPq - Bolsa PQ2, e-mail antonello@uel.br

² Professora no Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado/doutorado) da Universidade Estadual de Londrina/UEL, e-mail leia.veiga@uel.br

³ Professor Colaborador no curso de Geografia da Universidade Estadual Norte do Paraná/UENP, e-mail alan.alievi@uenp.edu.br

Palavras-chave: moradia; projeto de extensão; segurança alimentar; Londrina/PR.

DIALOGUES BETWEEN KNOWLEDGE: THE ORGANIZATION OF THE COMMUNITY GARDEN WITH RESIDENTS OF ABUSSAFE/LONDRINA/PARANÁ

ABSTRACT

In Brazilian cities, faced with the rapid urbanization process, countless families have been residing in precarious areas, called here irregular occupations (favelas) and are exposed to a situation of socio-environmental vulnerability. Among the main problems, attention is drawn to food insecurity, which in the post-Covid-19 period has affected countless families with less or without purchasing power. In this context, attention is drawn to the city of Londrina, which has approximately 74 areas of irregular occupation. The objective of this article is to discuss the first actions carried out with the community from the extension project carried out by a group of researchers linked to the State University of Londrina/UEL, entitled “Dialogues and Environmental Education Together with the Residents of Fundo de Vale da Comunidade do Abuses”. This is a research with a qualitative approach supported by surveys of secondary sources of information (scientific production, documents and official websites) and primary sources (simple observation, visits to the neighborhood and meetings with residents). It was found that families in irregular occupation are in a situation of social vulnerability and food insecurity. And that the families of irregular occupation and residents of the nearby formal neighborhood want to create a community garden and neighborhood association. It is concluded that the dialogue involving the university, residents of the neighborhood and occupation is a fruitful path in the process of building collective actions that may contribute to improving the quality of life of families in a situation of food insecurity.

Keywords: home; extension project; food security; Londrina/PR

DIÁLOGOS ENTRE SABERES: LA ORGANIZACIÓN DEL HUERTO COMUNITARIO CON HABITANTES DE ABUSSAFE/LONDRINA/PARANÁ

RESUMEN

En las ciudades brasileñas, frente al rápido proceso de urbanización, innumerables familias han estado viviendo en áreas precarias, llamadas aquí ocupaciones irregulares (favelas) y están expuestas a una situación de vulnerabilidad socioambiental. Entre los principales problemas llama la atención la inseguridad alimentaria, que en el periodo post-Covid-19 ha afectado a innumerables familias con menos o sin poder adquisitivo. En este contexto, llama la atención la ciudad de Londrina, que cuenta con aproximadamente 74 áreas de ocupación irregular. El objetivo de este artículo es discutir las primeras acciones realizadas con la comunidad a partir del proyecto de extensión realizado por un grupo de investigadores vinculados a la Universidad Estadual de Londrina/UEL, titulado “Diálogos y Educación Ambiental Junto a los Habitantes del Fundo de Vale da Comunidade do Abussafe”. Se trata de una investigación con enfoque cualitativo sustentada en levantamientos de fuentes de información secundarias (producción científica, documentos oficiales y sitios web) y primarias (observación simple, visitas al barrio y encuentros con vecinos). Se encontró que las familias en ocupación irregular se encuentran en situación de vulnerabilidad social e inseguridad alimentaria. Y que las familias de ocupación irregular y vecinos del barrio formal cercano quieren crear una huerta comunitaria y una asociación de vecinos. Se concluye que el diálogo entre la universidad, los vecinos del barrio y la ocupación es un camino fructífero en el proceso de construcción de acciones colectivas que puedan contribuir a mejorar la calidad de vida de las familias en situación de inseguridad alimentaria.

Palabras clave: vivienda; proyecto de ampliación; seguridad alimentaria; Londrina/PR.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento urbano brasileiro foi rápido e com forte correlação ao desenvolvimento do processo industrial brasileiro, que a partir de 1930, frente a políticas levadas a cabo pelo Estado, avançou de indústrias leves para as pesadas até a década de 1970. Portanto, diversos problemas enfrentados no Brasil em relação ao espaço urbano são significativamente influenciados pelo crescimento acelerado das cidades no país.

E, dentre os problemas urbanos vivenciados, principalmente pela classe trabalhadora sem poder aquisitivo nesse período pós-pandemia Covid-19, destacamos a falta de moradia e de acesso à qualidade de vida, com aumento do número de pessoas desempregadas e da insegurança alimentar.

De acordo com o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil aproximadamente 33,1 milhões de pessoas estavam em situação de insegurança alimentar (leve, moderada, grave), o que equivale a 58,7% da população brasileira. No estado do Paraná, tendo por base o percentual segundo os domicílios, cerca de 53,5% encontravam-se em situação de insegurança alimentar, sendo 29,9% classificados como leve, 15,0% moderada e 8,6% como insegurança alimentar grave (VIGISAN, 2022).

Essa realidade foi constatada por Lima (2021) ao afirmar que, em agosto de 2020, cerca de 9,5 milhões de brasileiros estavam em situação de pobreza (empobrecidos), em fevereiro de 2021, o número era de 27,2 milhões, entre janeiro e fevereiro 68% dos moradores que se encontravam em vulnerabilidade, não tinham dinheiro para comprar alimento em pelo menos um dia nos quinze que antecederam a pesquisa (LIMA, 2021, s/p).

Na cidade de Londrina, de acordo com dados da secretaria municipal de Assistência Social em 2019, havia 51.243 famílias cadastradas no CadÚnico e em 2022, o número aumentou para 72.476 (TAROBÁ, 2023). E desse total, uma parte das famílias tem vivido em ocupações irregulares (favelas) na cidade de Londrina. São famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que dependem de ações e políticas públicas para terem acesso ao mínimo, como por exemplo, a alimentação.

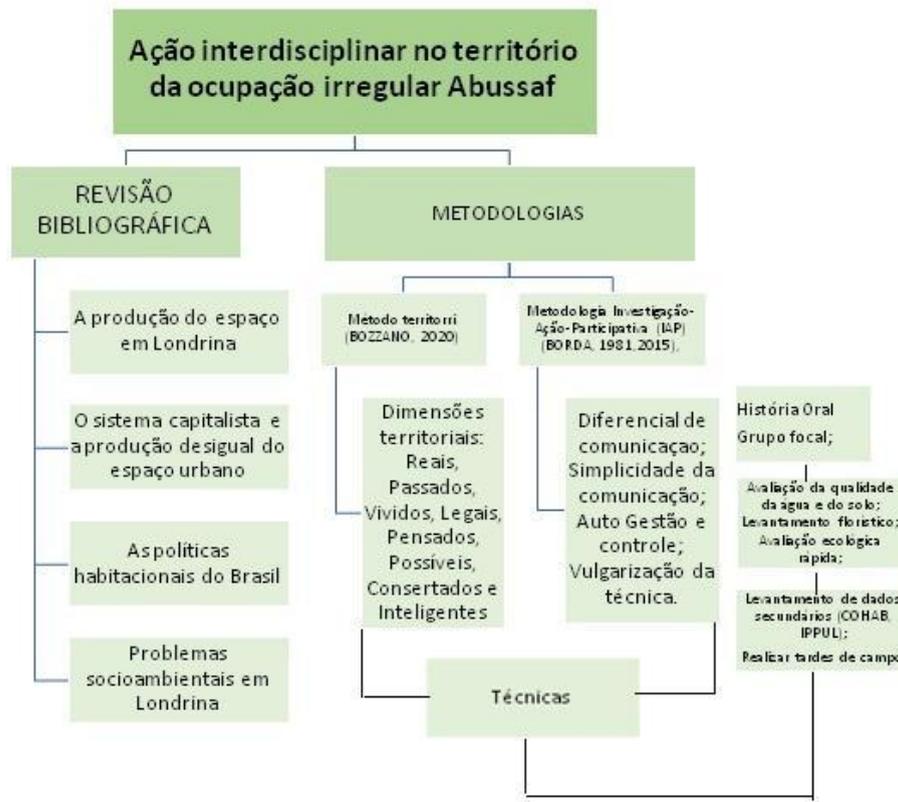
É nesse contexto que insere o projeto de extensão realizado por um grupo de pesquisadores vinculados à Universidade Estadual de Londrina/UEL, intitulado “Diálogos e Educação Ambiental Junto aos Moradores do Fundo de Vale da Comunidade do Abussafe”, coordenado pela profa. Dra. Ideni Terezinha Antonello e que conta com uma equipe multidisciplinar, tendo docentes da UEL dos cursos de Geografia, Centro de Educação Física e Esporte, Biologia, Medicina Veterinária e também da UNESP -

Presidente Prudente, Arquitetura e Urbanismo, além de discentes da graduação, do Programa de Pós-Graduação (mestrado/doutorado) em Geografia e professores colaboradores.

Trata-se de um projeto extensionista direcionado às famílias que moram na ocupação irregular (favela) localizada em uma porção das margens do córrego urbano Córrego Água Cafezal, na zona Leste da cidade de Londrina, com objetivo principal de construir mediante o diálogo de saberes, conceitos, ideias e práticas, ações que subsidiem a formulação e monitoramento de políticas públicas no âmbito do planejamento urbano, em uma perspectiva de participação social, em escala local, tendo por base o diálogo de saberes que envolve o conhecimento científico e popular, alicerçado no método *Território* discutido por Bozzano (2009,2020). Na figura 1 consta a trajetória metodológica adotada pela equipe do referido projeto, na perspectiva defendida por Bozzano (2009, 2020) se volta para o território real/ vivido por essas famílias para se pensar em uma intervenção no território que possa fomentar a sua transformação em direção a territórios justos, que subtende qualidade de vida para essas famílias.

Salienta-se que o projeto ainda se encontra em fase inicial, dessa forma objetiva-se nesse texto discutir as primeiras ações realizadas junto à comunidade, na perspectiva da metodologia que consta na figura 1. Ressalta-se neste caminhar metodológico a investigação-ação-participativa (IAP) desenvolvida por Fals Borda (1981,2015), que se pauta na valorização do conhecimento popular, assim os primeiros passos da pesquisa/extensão foi a aproximação com a comunidade, estabelecendo um diálogo com os moradores. Bem como discutir os desdobramentos deste primeiro contato com os moradores do território foco da ação extensionista.

Figura 1 – Trajetória metodológica do projeto: Diálogos e Educação Ambiental Junto aos Moradores do Fundo de Vale da Comunidade do Abussafê

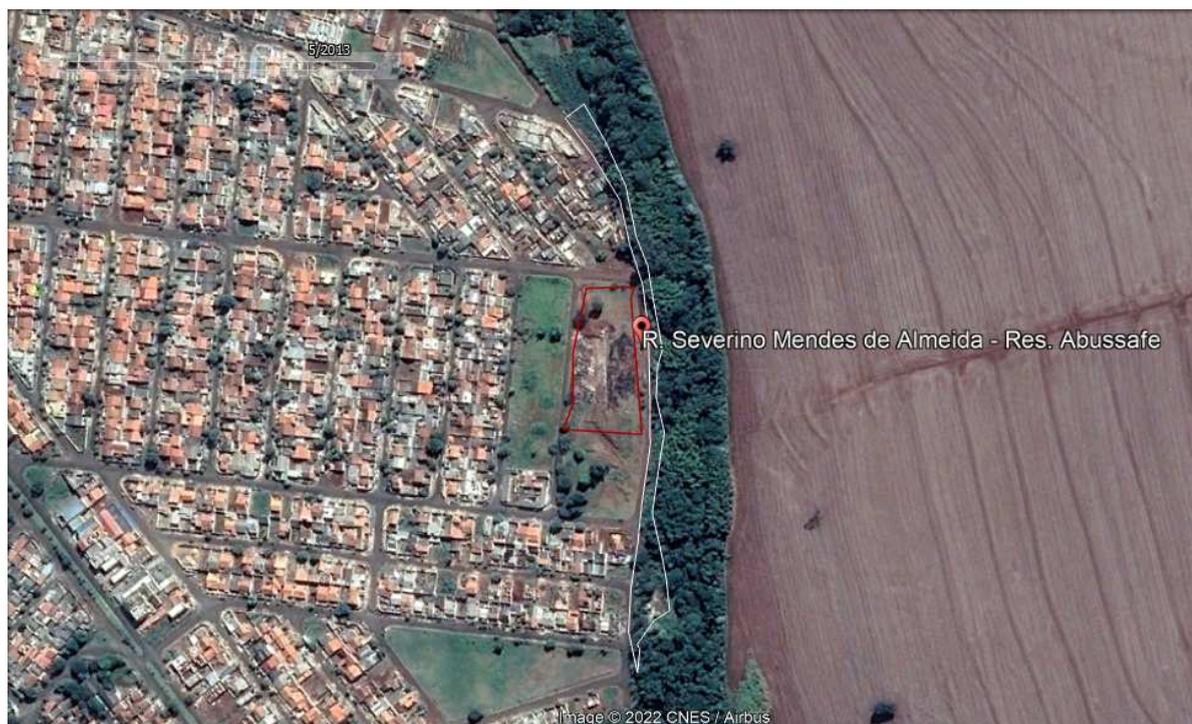


Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

A partir deste farol metodológico, iniciou-se uma revisão bibliográfica e documental, principalmente sobre a demanda que aflorou no diálogo com a população, a saber: a criação de uma horta urbana. Esses diálogos com a comunidade ocorreram durante a realização de estudos de campo (trabalhos de campos) no ano de 2022.

Destaca-se que o recorte espacial do estudo – a ocupação irregular Abussafê, se insere na dinâmica segregacionista das demais ocupações irregulares (favelas) existentes em Londrina, que em 2023 estima-se ter atingido o número de 74 áreas de ocupações irregulares, justifica-se a escolha, em virtude da existência de um Termo de Conduta do MP do Meio Ambiente, tendo em vista os problemas com o descarte irregular de resíduos sólidos urbanos no local (figura 2) que motivou a elaboração deste projeto. Observa-se que a reintegração de posse do local foi suspensa devido à necessidade de articulá-la a outras medidas de proteção social para as famílias residentes no local e à possibilidade, de acordo com a Lei Federal nº 13.465/2017, de promover a regularização fundiária de interesse social.

Figura 2 - Registro do início do "lixão" em frente do fundo de vale no ano de 2013



Fonte: Davi (2022)

Cabe salientar que os primeiros registros de descarte irregular de resíduos sólidos urbanos, queima desses materiais (material de reciclagem destinado, restos de construção e utensílios domésticos sem uso), foi identificado em 2013 (figura 2), sendo que a ocupação foi iniciada em 2015. Portanto, não se pode afirmar a relação direta entre a ocupação e o descarte de resíduos sólidos urbanos no local. No tópico seguinte será feita uma reflexão sobre as hortas urbanas de Londrina, tendo em vista que as ações extensionistas têm como foco contribuir para a organização e criação da horta urbana na comunidade Abussafe.

Área de ocupação Abussafe e a questão das hortas urbanas comunitárias em Londrina/Paraná

O processo de urbanização de Londrina/PR/Brasil, assim como as demais cidades brasileiras, tem como matriz um ordenamento territorial assentado na lógica capitalista que traz no seu cerne a desigualdade, o que gera um padrão segregacionista no espaço urbano. Esse padrão atinge diretamente a população trabalhadora de baixa renda que fica subjugada ao poder que emana da estrutura fundiária urbana concentrada, que se sedimenta com a força exercida pelo interesse do capital imobiliário, o qual

interfere na política pública habitacional brasileira, seguindo a linha de uma “urbanização segregacionista” (ROLNIK, 2014).

Nesse contexto de urbanização acelerada cabe ressaltar que o município de Londrina passou de 134.821 habitantes, em 1960, quando concentrava 57,40% na cidade, para 447.065, em 2000, ano em que 96,94% dos habitantes estavam localizados no espaço urbano. Em 2010, contava com um total de 506.701 habitantes, com cerca de 493.520 habitantes (97,4%) na cidade e 13.181 (2,6%) no espaço rural (IBGE, 2000, 2010, população estimada, 2021, de 565.000 habitantes). Tem-se assim um crescimento constante da população londrinense e um movimento de concentração populacional no seu espaço urbano, tal fato tem aprofundado os problemas da falta de equipamentos sociais (saúde, educação, lazer) e de infraestrutura (habitação social, saneamento básico), que atinge a população de baixo ou sem poder aquisitivo. Essa dinâmica está vinculada a uma urbanização acelerada e segregacionista que se constituíram na marca do processo de urbanização no Brasil, logo de Londrina.

A população de menor poder aquisitivo e sem condições de arcar com os custos da moradia, tem ocupado áreas irregulares, como fundos de vale, construindo suas moradias. Os desdobramentos das economias de expropriação do trabalhador e da sociedade de forma geral são as contradições sociais que afloram no espaço urbano, sendo as favelas frutos desta lógica de segregacionista que direciona a produção social do espaço, negando uma parte da população o direito à cidade, a uma vida digna. Essa população encontra sua sobrevivência nas favelas, que conforme Antonello (2023, p. 3) constituem-se em “[...] territórios vulneráveis, sendo que no seu espaço vivido se transformam em territórios de resistências, uma vez que são a expressão da luta: contra a moradia como mercadoria e em busca de cidades incluídas e justas”.

A localização das favelas em Londrina segue a lógica do mercado de terras, isto é, grande parte está localizada na área periférica e em fundo de vale (nas margens dos rios urbanos), se concentram nas Zonas Leste (67,47%), Norte e Sul (66,48%) da cidade. Além da precariedade de moradia, no período pós-pandêmico, tem aumentado o desemprego e a situação de insegurança alimentar entre as famílias que vivem nas favelas. Essa realidade é preocupante e se torna mais grave ao se ter em pauta o número de famílias cadastradas no sistema da Companhia de Habitação de Londrina - COHAB/LD, ou seja, em 2017, tenha 69.062 inscritos (VEIGA; ANTONELLO; ALIEVI, 2022).

Na ocupação recorte espacial das ações do projeto de extensão, verificou-se durante os levantamentos realizados que havia 11 famílias, em 2022, e que totalizava 33 pessoas, sendo 24 do sexo masculino e 09 do sexo feminino (quadro 1).

Quadro 1 - Caracterização das famílias da ocupação Abussafe, 2022

Autodeclaração de gênero	Quantidade
Gênero feminino	9
Gênero masculino	24
Total	33
Tamanho da família	
1 pessoa	3
2 pessoas	2
3 pessoas	1
4 pessoas	1
5 pessoas	3
6 pessoas	0
7 ou mais pessoas	1
Total	11
Faixa etária	
0 a 3 anos	5
4 a 7 anos	2
8 a 11 anos	4
12 a 17 anos	2
18 a 29 anos	4
30 a 59 anos	13
60 anos ou mais	3
Total	33

Fonte: Davi, 2022.

São pessoas em sua maioria adultas e idosas (quadro 1) mas com 13 menores de idade e apenas 04 com idade entre 18 e 29 anos. Embora a maior parte apresente idade igual ou superior a 18 anos, nenhum destes encontrava-se no momento empregado formalmente (quadro 2). Ao informarem a ocupação e fonte de renda, 12 estavam atuando informalmente, 3 recebiam a aposentadoria ou outros benefícios previdenciários, 05 mulheres disseram ser dona de casa. E por estar a maior parte na informalidade ou recebendo benefício previdenciário, que a renda dessas 11 famílias se apresenta baixa para a maioria, tendo somente 4 famílias com renda de 1 a 2 salários-mínimos. E as demais sobrevivendo com menos de meio salário-mínimo. E destas, várias afirmaram não estarem cadastradas no CadÚnico e precisando inclusive de cestas básicas, pois encontravam-se em situação de falta de alimentos para o consumo diário.

Quadro 2 - Formas de Ocupação das pessoas na ocupação Abussafe, 2022

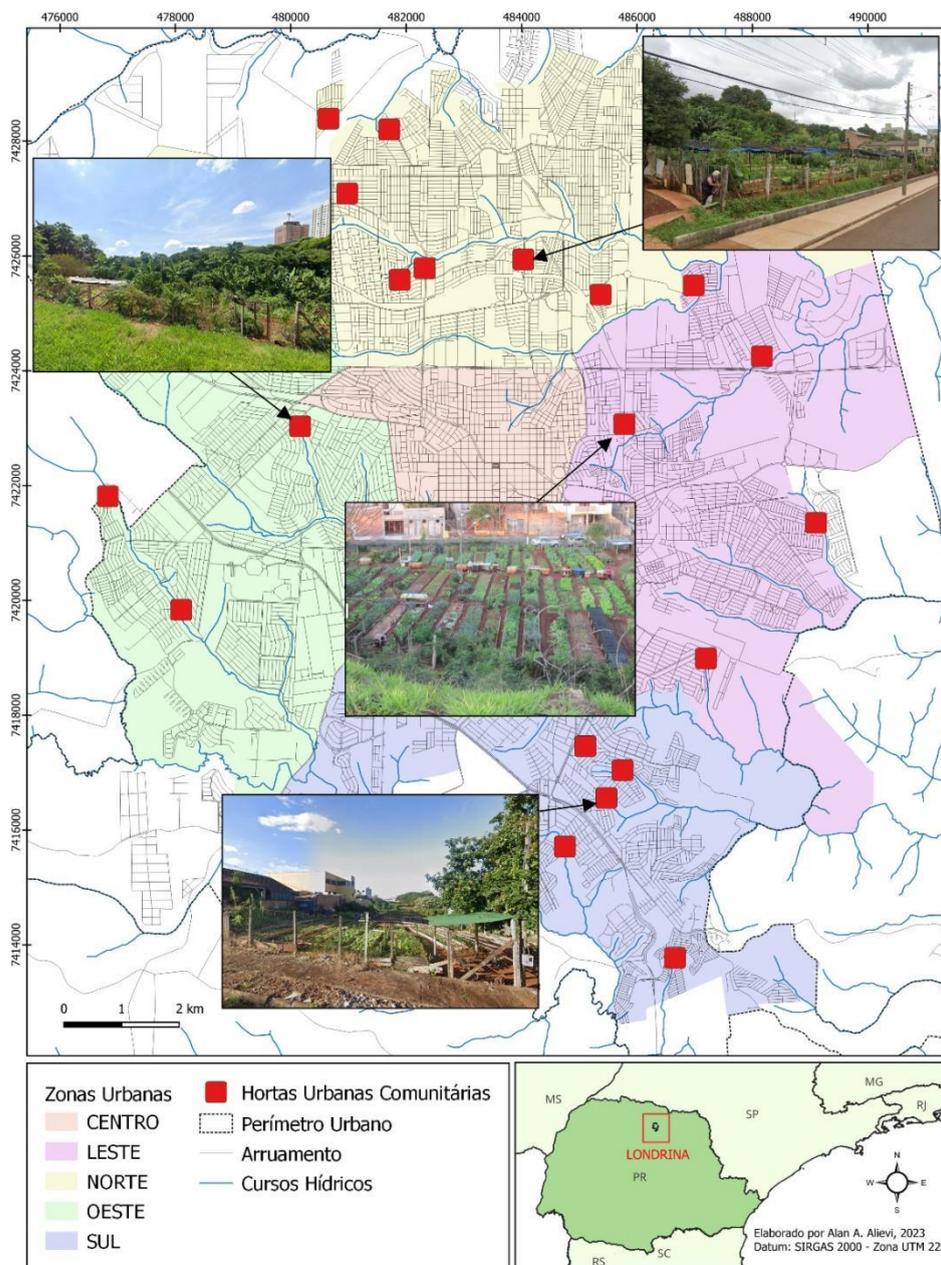
Ocupação/fonte de renda	n. pessoas
Aposentadoria/pensão	2
Outros benefícios previdenciários	1
Desempregado(a)	0
Do lar	5
Trabalho formal	0
Trabalho informal	12
Total	20
Renda total familiar	n. pessoas
sem renda	1
até 1/4 salário mínimo	1
de 1/4 a 1/2 de salário mínimo	5
de 1/2 a 1 salário mínimo	0
de 1 a 2 salários mínimos	4
de 2 a 3 salários mínimos	0
acima de 3 salários mínimos	0
sem informação	0
Total	11

Fonte. Davi, 2022.

Frente a essa realidade de situação de insegurança alimentar e ao desejo de moradores em organizar uma horta em um terreno da prefeitura localizado defronte a área da ocupação, os membros do projeto abriu uma frente de trabalho para organizar a horta em conjunto com os moradores.

Nesse sentido, apresenta-se o cenário das hortas urbanas comunitárias em Londrina, em 2022, havia 26 hortas comunitárias segundo a Secretaria Municipal de Agricultura de Londrina. Guimarães (2021) identificou 20 hortas no perímetro urbano de Londrina, em 2021 (Figura 3), percebe-se um acréscimo de 6 hortas. Em termos de localização na cidade de Londrina, segundo a pesquisa de Guimarães (2021), 5 hortas encontravam-se localizadas na Zona Sul da cidade, 5 na Zona Leste, 7 na Zona Norte e outras 3 na Zona Leste. A maior concentração das hortas encontrava-se na zona Norte da cidade enquanto na área central da cidade não havia hortas urbanas comunitárias (figura 3).

Figura 3. Espacialização das hortas urbanas comunitárias em Londrina, 2021



Fonte: Adaptado de Guimarães, 2021.

Guimarães (2021, p. 95), explica que essa maior concentração na zona norte da cidade pode ser explicada a partir de dois motivos, sendo eles:

[...] a condição socioeconômica da população londrinense dessa Zona e a quantidade de espaços vazios disponíveis, enquanto o fato de não existir nenhuma HUC na porção central da cidade deve-se ao fato de que a especulação imobiliária nas áreas centrais da cidade possui uma

intensidade maior do que nas periferias, além de que é mais raro a presença de espaços vazios que possam ser utilizados com essa finalidade.

Nesse sentido, observa-se que a localização das hortas urbanas se encontra disseminadas pelas demais Zonas do perímetro urbano, exceto a central, mas considera-se que exista um potencial, tanto de terrenos vazios disponíveis como de população carente para ampliação dessas hortas, visando atender uma das funções essenciais da agricultura urbana, isto é, função alimentar (BOUKHARAEVA et al., 2005). Bem como defende o estudo realizado por Guimarães e Antonello (2020, p.44) que “[...] é possível que as hortas urbanas sejam uma alternativa viável para a utilização dos diversos vazios urbanos presentes no perímetro urbano londrinense. De acordo com FAO (Food and Agriculture Organization) a agricultura urbana deve ocupar um espaço no planejamento de bairros para a população de baixa renda, e favelas”.

Nesse contexto, que o município de Londrina dispõe de uma lei específica para as hortas urbanas, sendo a Lei nº 12.620, de 13 de dezembro de 2017, que instituiu a Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (PMAUP) e criou o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (AgriUrbana).

Com esta lei ficou estabelecido que a implementação do programa dar-se-á, por iniciativa do Poder Público e por meio da Comissão Gestora, em destinar “[...] áreas públicas municipais requeridas pelos interessados e consultadas a sua viabilidade pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SMAA) para as atividades agrícolas urbanas” (LONDRINA, 2017). E que dentre os objetivos da Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (PMAUP), destaca-se o foco na ampliação da “[...] segurança alimentar e nutricional das populações urbanas, com prioridade para aquelas pessoas sob vulnerabilidade social e [...] a promoção da participação na gestão urbana, social e ambiental das cidades [...]” (LONDRINA, 2017). Essa diretriz da política municipal ganha relevância ao se enquadrar na orientação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o qual defende que a agricultura urbana pode ser incorporada de forma integrante as políticas de desenvolvimento humano sustentável (BOUKHARAEVA et al., 2005). Contudo, é necessário estudos para se verificar a efetivação desta legislação municipal no território, com o intuito de apreender e contribuir para a sua aplicação.

Além dessas hortas comunitárias de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, havia na cidade um projeto de hortas escolares, com 32 hortas instaladas em escolas municipais, sob a responsabilidade direta da Secretaria Municipal de Educação.

O próximo tópico tem como objetivo apresentar as ações realizadas para se caminhar em direção a formação da horta na comunidade do Abussafe.

Ações para implantação da horta comunitária nas proximidades da ocupação Abussafe

Salienta-se que uma normativa em Londrina determina que não é permitido construir ou produzir nas áreas de ocupação irregular por se tratar de terreno público e uma grande parte localizadas em áreas de preservação ambiental, assim a alternativa para a implementação da horta comunitária foi iniciar as tratativas junto a prefeitura para a liberação do terreno público defronte a ocupação para regularizar e poder dar andamento às atividades. Nesse terreno alguns moradores já estavam iniciando a organização da horta.

Dessa forma, foram realizadas duas reuniões com o vice-prefeito municipal, responsável em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento pela implementação da política (PMAUP) em Londrina. Ele informou que seria possível a comunidade utilizar uma área vazia defronte a ocupação (terreno citado anteriormente, que já tinham iniciado uma horta), essa área (terreno) pode ser observada na figura 4, bem como a organização em lotes feita pelos moradores dentro da ocupação. Sendo que esse terreno vazio fora utilizado, como ponto de descarte irregular de resíduos urbanos no período anterior a pandemia (figura 2).

A partir de então foi firmada uma parceria com a prefeitura municipal e a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SMAA) para implementar a horta nas proximidades da ocupação irregular. Mas para tanto se fazia necessário a organização de uma associação de bairro, para que ela pudesse entrar com o pedido junto a secretaria, dessa forma obter a concessão de uso por 2 anos do terreno público para a horta comunitária, conforme regulamenta a Lei Municipal (Lei nº 12.620, de 13 de dezembro de 2017).

Figura 4 - Localização das moradias chamadas de “lotes” pelos moradores da ocupação e do terreno público vazio que poderá ser utilizado como horta



Fonte. Davi, 2022.

Alguns moradores da ocupação e do bairro, aproximadamente 10 pessoas, já haviam se mobilizado para organizar a horta nesse terreno. Eles fizeram uma divisão e cercaram cada área (figura 5). Mas em virtude de desentendimentos entre o grupo e a falta de recursos para preparar o terreno, uma vez que não foi cadastrada na secretaria da agricultura para obter o apoio, a horta encontra-se paralisada desde 2020. Observa-se que foi neste momento que o vice-prefeito esteve na área e, em diálogo com esse grupo, permitiu o uso do terreno para horta, desde que não acumulasse mais resíduos sólidos no terreno, pondo fim assim ao descarte irregular de resíduos no referido terreno (figura 2). O princípio e a divisão do terreno em partes para cada morador visando a implementação da horta (figura 5) foi danificada no final do segundo semestre de 2022, pois em trabalho de campo realizado no local, percebeu-se que a empresa loteadora interviu em parte da horta, alegando estar cumprindo uma ordem de adequação da área conforme o contrato estabelecido anteriormente com a prefeitura (figura 6).

Figura 5. Divisão do terreno e organização dos espaços da horta realizada pelos moradores, agosto de 2022



Fonte. Projeto de extensão, 2022. Foto. Léia Aparecida Veiga, agosto de 2022.

Figura 6 - Em destaque o trabalho realizado pela empresa loteadora em novembro de 2022 na porção onde estavam organizadas as partes de cada morador da horta



Fonte: Projeto de extensão, 2022. Foto. Thamine Ayoub Ayoub, novembro de 2022.

Como já havia essa organização entre os moradores, foi possível identificar que a horta não seria somente das famílias da ocupação e sim envolveria do bairro também. Então como forma de não gerar conflito buscou-se como saída criar uma associação de moradores do bairro, tendo como ponto de partida a Escola Municipal Francisco Pereira De Almeida Júnior (Ensino Fundamental I). Essa escola atende alunos do bairro, inclusive aqueles da ocupação e adultos que moram na ocupação e frequentam a escola para a Educação de Jovens e Adultos/EJA.

A professora que estava à frente da direção até 2022 se colocou à disposição para auxiliar no processo de organização da Associação de Bairro. Foi realizada uma convocação de reunião na própria escola, com moradores do bairro e da ocupação Abussafe para o dia 27/09/23. Foram distribuídos convites para a reunião junto à comunidade escolar e moradores do bairro e da ocupação.

Na ocasião, a direção convidou a presidente de uma associação já consolidada no bairro vizinho, chamado Ernani Lima. Estavam presentes nessa reunião os membros do projeto de extensão e moradores

do bairro. A presidente da associação de moradores do Ernani Lima fez uma fala expondo os caminhos para organizar e gerir uma associação de bairro e as dificuldades enfrentadas no cotidiano.

Nessa reunião, alguns moradores do bairro se dispuseram a compor uma chapa para concorrer na eleição que seria feita posteriormente, após o período de eleição para direção na escola, que seria finalizado em 01/12/22. E enquanto não ocorreria o processo de eleição e organização burocrática da associação de moradores, ficou acordada uma visita no fundo de vale, com moradores do bairro e os membros do projeto.

Nesse momento, em junho de 2023, as ações extensionistas encontram-se à espera da realização da eleição da Associação de Moradores do Abussafe, para dar início a implantação da horta urbana. Com a alteração na direção escolar, estamos em processo de reiniciar os contatos com a nova direção para dar andamento ao projeto e realizar oficinas na escola que envolva a temática da educação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que os diálogos com a comunidade, seja a escolar seja com moradores tanto do bairro formal (Abussafe) com o informal a ocupação/favela, foram fundamentais para se estabelecer os primeiros encaminhamentos e ações da equipe em 2022. As ações realizadas em 2022 foram: duas reuniões na escola: uma para apresentar o projeto e outra para fazer reconhecimento do bairro com a diretora da escola municipal; dois campos com as discentes Rafaela A. Estradiote e Agda Davi, no território, com aplicação de questionários e diálogo com moradores; duas reuniões com vice-prefeito para discutir sobre a questão da horta urbana; defesa do Trabalho de Conclusão de curso (bacharelado em Geografia) da Agda Davi que abarcou uma caracterização socioambiental da ocupação Abussafe; trabalho de campo na área da ocupação envolvendo os cursos de geografia e biologia (profas. Ideni, Jeani e Léia, prof. Cristiano, prof. Alan e doutoranda Regina); reunião na escola com a equipe da direção para discutir sobre a pauta da Assembleia de eleição da Associação de bairro; reunião na escola municipal para a Assembleia de constituição da chapa para concorrer a eleição; trabalho de campo – prof. Cristiano (Ciências Biológicas/UEL), profa. Ideni (Geociências/UEL), profa. Léia (Geociências/UEL), profa. Jeani (Geociências/UEL), Me. Regina (doutoranda do PPGEU/UEL), prof. Alan (colaborador) e profa. Thamine (Arquitetura/UNESP), profa. diretora Ivete e prof. Diego da escola municipal. Em 2023 ocorreu a defesa da tese de doutorado em Geografia (PPGEU/UEL) da Regina que abarcou a ocupação Abussafe.

Nesse contexto, se tem a expectativa de se realizar uma ação interdisciplinar no território, mediante o diálogo de saberes que envolve o conhecimento científico e popular, e assim dar continuidade às ações e

propostas afloradas até esse momento na realização deste projeto de extensão, isto é, criação da associação de moradores do Abussafê e implantação da horta urbana comunitária. Esse caminhar das ações coaduna com a trajetória metodológica assumida neste projeto de extensão, que é pensar o território real/vivido juntamente com os atores sociais, na relação sujeito-sujeito para se propor intervenções neste território que possam levar a uma transformação territorial visando atingir um território justo e que tenha a marca do interesse da população que o produz e o vivência. No sentido defendido por Bozzano (2020) os territórios justos são aqueles que se observa a realização de ações, iniciativas, empreendimentos, programas, entre outros, com o intuito de trazer transformações, nem que seja em escala micro nas dimensões subjetivas, sociais e ambientais.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, I. T. Paradoxo da produção social do espaço urbano: sustentabilidade ambiental e os territórios vulneráveis em Londrina/PR/Brasil. In: Benini, S. M., Pasquotto, G. B., Masiero, Érico, Ventura, K. S., Stanganini, F. N., Ribeiro, A. P., & Nascimento, A. P. B. do. Expediente do "Proceedings of the I Latin American Symposium on City, Architecture and Sustainability". **Scientific Journal ANAP**, 1(3), 2023. Disponível: <https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/anap/article/view/3731>. Acesso 26 de junho de 2023.

BOZZANO, H. El Método Territorio y algunos de sus resultados. In: BOZZANO, H; CANAVARI, T. (Organização). **Transformar diálogos de saberes en diálogos de haceres: Ciencia, comunidad y políticas públicas**. La Plata: Edulp, 2020, p.464-493.

BOUKHARAEVA et al. Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 413-425, maio/ago. 2005.

DAVI, Agda Natalia. **Análise Socioambiental da Ocupação Irregular Córrego Água Cafezal, Londrina/PR**. 2022. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Graduação em Geografia, 2022.

FALS BORDA, O. La ciencia y el pueblo. In: GROSSI, F.V; GLANOTTEN, V; WIT, T. **Investigación participativa y praxis rural**. Lima: Mosca Azul Editores, 1981. p. 19-47.

FALS, BORDA, O. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Antología y presentación, Víctor Manuel Moncayo. México: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

GUIMARÃES, M. G.; ANTONELLO, I. T. Agricultura urbana: Potencial de sustentabilidade socioambiental na produção do espaço em Londrina, PR. In: MOURA, J. D.P.et al.(organizadores) **Anais [...] do XVII EPEA, [do] IV Colóquio Internacional em Educação Ambiental [e da] II Mostra Paranaense de Educação Ambiental [livro eletrônico]**. São Paulo: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2020, p.34 – 45.

GUIMARÃES, Matheus Gamas. **As hortas urbanas em Londrina: A produção do espaço urbano e o caso da horta da Vila Industrial**. 2021. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População Brasileira – **Censo Demográfico** – Séries Temporais. 1960 a 2010 Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>> Acesso em: 28 jan. 2023.

LIMA, T. Fome Coletiva, Pandemia e Genocídio. *Estadão*, SP. 2021. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/fome-coletiva-pandemia-e-genocidio/>. Acesso em 20 de maio de 2022.

LONDRINA. **Lei Ordinária nº 12.620, de 13 de dezembro de 2017**. Institui a Política Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (PMAUP) e cria o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana (AgriUrbana), e dá outras providências. Jornal Oficial do Município de Londrina, nº 3414, Londrina, Paraná, 22 dez. 2017. p. 2-6.

ROLNIK, Raquel. **Segregação urbana aceita na ditadura segue sendo o padrão**. 2014. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/raquel-rolnik-segregacao-urbana-adoptada-na-ditadura-militar-segue-endo-o-padraonobrasil>. Acesso em: 05 de maio 2017.

TAROBÁ, Grupo Tarobá. Notícias, **Cidade. Superação da pobreza é o desafio da Assistência Social em Londrina**. 24 fev 2023 às 16:15 h. Disponível em: <https://tarobafm.com.br/noticias/cidade/superacao-da-pobreza-e-o-desafio-da-assistencia-social-em-londrina>.

VEIGA, L.A; ANTONELLO, I.T; ALIEVI, A.A. A questão ambiental e as ocupações irregulares em Londrina: reflexões a partir dos fóruns de participação popular para revisão do Plano Diretor (2018-2028). **Revista da ANPEGE**, vol.18, nº35, p.157-177, 2022.

VIGISAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN). **Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: II VIGISAN – Suplemento I - Insegurança Alimentar nos estados.** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, Rede PENSSAN, 2022. E-book. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>.